

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRO A PARTIR DA
REVOLTA DA VACINA - RIO DE JANEIRO/RJ (1904) ASSOCIADO COM O
MOVIMENTO ANTIVACINA ATUAL (COVID-19)**

*THE BRAZILLIAN TERRITORIAL FORMATION PROCESS FROM THE REVOLT OF
THE VACCINE - RIO DE JANEIRO / RJ (1904) COMBINED WITH THE CURRENT
ANTIVACCINE MOVEMENT (COVID-19)*

*EL PROCESO DE LA FORMACIÓN TERRITORIAL BRASILEÑA DE LA
REVOLUCIÓN DE LA VACUNA - RIO DE JANEIRO / RJ (1904) ASOCIADO CON EL
MOVIMIENTO ACTUAL DE ANTIVACINA (COVID-19)*

Eduardo Seide Asanuma¹

Rafaela Vieira Naiwerth²

RESUMO

A formação territorial brasileira e constituição de um povo está repleta de violência, derramamento de sangue, autoritarismo e abuso de poder. O artigo discute como a revolta da vacina está ligada ao processo de formação do território do Brasil, discorre sobre as consequências geradas para a população e como esse processo do início do século XX vem ocorrendo na sociedade novamente mesmo passado um século associado a COVID-19. Aponta também o contexto histórico da época demonstrando os eventos acontecidos no Rio de Janeiro para entender o motivo do ápice do descontentamento da população. Demonstra o posicionamento dos jornais em relação aos fatos. O procedimento metodológico se baseia em leituras de artigos, livros, jornais da época, leis, dados e compreensão de mapas. O artigo está estruturado em: introdução, materiais e métodos, referencial teórico, resultados e discussões, considerações finais e referências.

Palavras-chave: Reterritorialização; Gentrificação; Corona-vírus.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Estadual de Londrina.

² Universidade Estadual de Londrina.



O processo de formação territorial brasileiro é marcado por diversos conflitos e revoltas. Cada uma delas possui sua importância nessa criação e na maioria dos casos ocorrem quando há um descontentamento da população e/ou quando o Estado se envolve de maneira brutal e despótica, ocasionando assim, mortes devido confrontos. E essa realidade não foi diferente da Revolta da Vacina.

A malha urbana do Rio de Janeiro/RJ era definida por ruas estreitas e tortuosas - características que atrapalhavam o desenvolvimento econômico, pois a mercadoria precisava ser transportada do porto às ferrovias - advinda do período colonial. No fim dessa fase, na década de 1870, a cidade encontrava-se com grande adensamento populacional, principalmente no centro urbano, ocasionando assim, crises habitacionais. Parte disso ocorre pela abolição da escravatura, que desabrigou inúmeras pessoas às quais migraram para a cidade.

Para que a sociedade carioca com predominância burguesa fosse constituída, a população passou por diversas crises e conflitos, de modo que houvesse o sacrifício daqueles menos favorecidos.

A revolta da vacina ocorreu na então capital do Brasil, no ano de 1904. A cidade possuía cerca de 700 mil habitantes, e passava por diversos problemas urbanos decorrentes da superpopulação, como: toneladas de lixo nas ruas, uma rede escassa de distribuição de água e coleta de esgoto, além dos cortiços super povoados (Rio de Janeiro, 2006).

A reforma desse espaço aos moldes de Paris (França) associada à lei de obrigatoriedade da vacina levou a levantes populares, diversas mortes, exílios, prisões, uma tentativa de golpe de estado e levando a capital a estado de sítio.

Figura 1 - Planta da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1904



Fonte: Rio de Janeiro (Distrito Federal) (1904)

Na figura 1 pode-se observar o mapa da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1904 demonstrando a malha apresentada anteriormente.

O objetivo do artigo é de discutir como a revolta da vacina está ligada ao processo de formação do território do Brasil, discorrer sobre as consequências geradas para a população e como esse processo do início do século XX vem ocorrendo na sociedade novamente mesmo passado um século associando a COVID-19. O mesmo será estruturado em Materiais e métodos, Referencial teórico, Resultados e discussões e Considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Às referências bibliográficas consultadas para leitura, baseiam-se em artigos sobre território, segregação urbana e socioespacial, assim como documentos elaborados pela secretaria do município sobre o tema para a compreensão do histórico. Leitura de mapas obtidos pelo aplicativo imagineRio (disponibilizado SIURB - Sistema Municipal de Informações Urbanas) para compreensão e entendimento da modificação da malha urbana do Rio de Janeiro. Leitura de livros

relatando o período estudado. Coleta de dados do IBGE para compreensão do território contemporâneo.

Conta também com um trabalho de campo à cidade do Rio de Janeiro para reconhecimento de sua dinâmica e uma pesquisa na Biblioteca Nacional para análises cartográficas de materiais que datam da época estudada neste artigo assim como jornais que circulavam durante o período.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diversos teóricos apresentam definições sobre o conceito de território estando conectado ao espaço, porém não é o mesmo que ser espaço. Raffestin (1980) considera que a apropriação de qualquer espaço, concretamente ou abstratamente, esse ator está “territorializando” o espaço.

Associando o conceito ao poder, Lefebvre (1978) define o território sendo um espaço onde foi realizado uma projeção de trabalho - energia ou informação - e que devido a isso revela poder.

Ao fazer a relação sobre território e cidadania, Santos (2007 apud Asanuma et. al. 2018) explica que o valor do indivíduo depende do lugar que ele ocupa dentro do território. Isso confirma que há dentro de um mesmo espaço distintos territórios, (re)criados pela modernização que impulsionou o êxodo rural, o desemprego, e a existência de uma enorme massa de pobres e a criação de lugares onde estes sobrevivem. O autor infere quando fala que a carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres.

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário) ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos, zoneamento e outras normas de ocupação do espaço que consolidou a segregação, atua, também como agente repressor. Via de regra, na tentativa de colocar os pobres “no seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de homens, negros, de moradores privilegiados e pobres. (SOUZA, 2005, p.90).

Conforme assinala Lefebvre (1999), a segregação destrói o urbano, já que ele é resultado da complexidade social. Esta complexidade se fundamenta na diferença, que dá a possibilidade a cada lugar de informar aos outros. Contrária a esta dinâmica, a segregação corta a informação e

conduz a uniformidade, ou seja, impede a convivência entre os diferentes grupos sociais e entre as distintas áreas da cidade.

Visando isso, a segregação socioespacial corresponde à separação espacial em diferentes áreas do território urbano. Assim, a segregação do espaço está diretamente atrelada aos aspectos históricos, culturais e econômicos, o que pode ser intensificado devido ao fato das massas populacionais que se caracterizam como vítimas desse processo não possuírem pleno acesso às ferramentas capazes de contornar essa realidade, pois de acordo com Barreira (2014) os indivíduos não têm possibilidades inteiramente livres de escolher suas trajetórias de vida. (SILVA; LIMA; JUNIOR; CARVALHO, 2016)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Século XX

Segundo Camargo Jr. (2020, p. 2) “Os movimentos antivacina são tão antigos como as próprias vacinas.”.

No momento em que a revolta ocorre a prefeitura do Rio de Janeiro estava sob o domínio de Pereira Passos (indicado pelo presidente), este período foi marcado por uma tentativa de mudanças na sociedade que encontrava-se, ainda, com muitas feições do período colonial.

Andreatta (2008) consta que o Rio de Janeiro, no final do século XIX “já apresentava uma área quase dez vezes maior que a da Cidade Velha. O crescimento populacional estava em franca expansão, sendo que entre os censos de 1906 e 1980 a população passou de 522.651 para 811.443 habitantes.”.

Segundo Sevcenko (1984) o interesse do então presidente do Brasil, Rodrigues Alves, era de uma reforma do “túmulo dos estrangeiros” (termo designado ao Rio de Janeiro por conta das altas epidemias e mortes daqueles que chegavam à cidade) com viés econômico, isso devido ao seu plano de governo ter apenas dois objetivos: a reforma do porto da cidade e melhoramento do saneamento. Na mensagem enviada ao congresso no dia 03 de maio de 1903 o presidente Alves afirma que



Os defeitos da capital afetam e perturbam todo desenvolvimento nacional. a sua restauração no conceito do mundo será o início de uma vida nova, o instrumento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todos às culturas e explorações remuneradas para todos os capitais (ALVES, 1903).

Ainda de acordo com Sevcenko, o prefeito exigiu total liberdade para não sofrer consequências de suas ações reformatórias e essa alteração urbana tinha caráter arbitrário, feito às pressas, equívoca, tirânica, anticonstitucional, retirando os direitos da população e atribuindo poder ao prefeito. Rodrigues Alves concedeu carta branca com a criação da lei de 29 de dezembro de 1902. Desta forma resultou em aumento da inflação, do aluguel e do desemprego devido às diversas atividades ligadas ao porto permanecerem paralisadas. Com isso a população pobre é obrigada a se mudar ao subúrbio ou ao morro causando descontentamento, sendo o estopim da revolta a criação da lei da vacina.

Por meio das diversas reformas houve um acentuamento das populações desabrigadas ou que se realocaram forçadamente pelo governo. Pois essa “modernidade urbana” proposta seguindo os modelos parisienses, apenas por uma questão estética, e ignorando os moradores de classe baixa, visto que os edifícios eram demolidos, muitas vezes sem o conhecimento de seus moradores. Os quais precisavam buscar outro meio de moradia, sem o mínimo de ajuda do mesmo governo que demoliu suas casas.

Mesmo a população pobre que não foi afetada pela demolição, porém encontrava-se na região das reformas foram, indiretamente, obrigados a encontrar outra residência, em razão de aumento dos preços dos aluguéis e outras infraestruturas básicas de sobrevivência. Essa elitização do espaço pode-se definir devido ao processo de gentrificação, conceito que se dá pela substituição da população pobre por integrantes de classe mais alta (RIBEIRO, 2018, p. 1334).

O “abandono urbano” (CRESCÊNCIO, 2008) do Rio de Janeiro, não foi obtido apenas por meio de higienização das ruas e das casas, mas também pela obrigatoriedade da vacinação à população.

De um lado, a Prefeitura Municipal, liberta dos (palavra não passível de transcrição) políticos, que lhe entorpeciam a acção, promove o alargamento de ruas, o ajardinamento de praça, o calçamento da cidade, cumulando e cantos nos logradouros publicos, outr'ora quasi esertos, abandonados pela população, que



parecia resignada a viver em uma terra infecta, suja, sem distreções, sem outros títulos que não fossem os da sua natura'ezza tão desencantada, mas também tão descurada pelo poderes publicos. (REVISTA DA SEMANA, 1903).

A citação acima foi retirada de uma revista semanal que circulava na época “Revista da Semana” do dia 14 de junho de 1903 que utilizava-se de linguagem simples para os padrões da língua portuguesa da época, pois buscava atingir um público amplo da classe média. Vale destacar que a imprensa teve um papel fundamental visto que, segundo às mesmas tinham a preocupação de zelar a saúde pública e definir suas posições políticas. “Grande Obra, não ha negal-o!” diz a mesma revista ao final da matéria.

Figura 2 - Charge “a cidade do Rio de Janeiro, primeira capital da América do Sul!”



Fonte: Angelo Agostini (1896)

A figura 2 representa todas às mulheres como cidades no ano de 1896. As ao fundo são Buenos Aires e Montevidéu (sendo consideradas às cidades mais limpas e organizadas) e Rio de Janeiro sendo a que está junto aos porcos (indicando insalubridade). No manto da figura que representa a morte está escrito “febre amarela” que indicava uma das doenças que mais ceifavam no período. O ilustrador tem o intuito de demonstrar a situação da saúde da população do Brasil

na época em comparação com a Argentina e Uruguai. No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em situação de extrema insalubridade, diversas eram as epidemias que assolavam sua população, estas causaram grande número de mortes.

Um ambiente propício à proliferação de várias doenças, como tuberculose, hanseníase, tifo, sarampo, escarlatina, difteria, coqueluche, febre amarela, peste bubônica e varíola, as três últimas responsáveis por grandes epidemias. O Rio era conhecido pelos imigrantes que aqui aportavam como “túmulo dos estrangeiros”. (RIO DE JANEIRO, 2006, p. 10).

Em 1903 o médico Oswaldo Cruz assume o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública da cidade, seu objetivo era acabar com as três principais epidemias que afligiam o local, a peste bubônica, a febre amarela e a varíola. Um repórter do Jornal do Commercio esteve presente em uma das falas de Cruz “Preciso de recursos e da mais completa independência da ação. O governo me dará tudo de que necessite, deixando-me livre na escolha de meus auxiliares, sem nenhuma interferência política.”

Cada uma foi tratada de um modo por Cruz, para que ao fim todas fossem erradicadas. Ao tratar da peste bubônica, visto que a quantidade de ratos (transmissores da doença) na cidade era agigantada, o médico passou a comprar estes animais vivos ou mortos da população, pois acabando com os ratos acabaria também com a doença.

Outra epidemia combatida foi a febre amarela, após a descoberta que essa era transmitida pelo mosquito *aedes aegypti* teve início um programa com carroças pulverizadoras para acabar com os focos do mosquito.

Uma terceira epidemia tratado por Oswaldo Cruz foi a varíola, entretanto, para acabar com esta, além de acabar com as condições insalubres do Rio de Janeiro, era preciso que a população fosse vacinada com a vacina feita a partir do vírus da varíola da vaca. Sabendo isso, houve grande rejeição por parte da população e até mesmo de alguns intelectuais que não compreendiam que essa vacina preveniria a doença, acreditando que uma vacina feita a partir de um vírus seria também prejudicial.

De acordo com a cultura da época as mulheres não mostravam de seus corpos nada além de tornozelos e pulsos, suas roupas seguiam a moda europeia. Mas além disso, era considerado imoral pelos homens que as mulheres mostrassem outras partes do corpo, algo imposto a elas - e que com o machismo atuante acreditavam também ser imoral -, contudo a vacina requisitava que isso ocorresse, desta maneira muitas mulheres se recusavam a tomá-la, tendo suas casas invadidas e seus corpos violados.

Em 10 de novembro de 1904, após a publicação do jornal *A Notícia*, sobre a lei da vacina obrigatória de Oswaldo Cruz. Conforme a lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904:

Torna obrigatorias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a variola.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º A vacinação e revaccinação contra a variola são obrigatorias em toda a Republica.

Art. 2º Fica o Governo autorizado a regulamentar-a sob as seguintes bases:

a) A vacinação será praticada até o sexto mez de idade, excepto nos casos provados de molestia, em que poderá ser feita mais tarde;

b) A revaccinação terá logar sete annos após a vacinação e será repetida por septennios;

c) As pessoas que tiverem mais de seis mezes de idade serão vaccinadas, excepto si provarem de modo cabal terem soffrido esta operação com proveito dentro dos ultimos seis annos;

d) Todos os officiaes e soldados das classes armadas da Republica deverão ser vaccinados e revaccinados, ficando os commandantes responsaveis pelo cumprimento desta;

e) O Governo lançara mão, afim de que sejam fielmente cumpridas as disposições desta lei, da medida estabelecida na primeira parte da letra f do § 3º do art. 1º do decreto n. 1151, de 5 de janeiro de 1904;

f) Todos os serviços que se relacionem com a presente lei serão postos em pratica no Districto Federal e fiscalizados pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra. (BRASIL, 1904).

Às reformas afetaram a vida e moradia da população carioca direta e indiretamente. A avenida central (atual avenida Rio Branco) contou com a demolição de cerca 640 prédios. Segundo Carvalho (1991) o capital para realização da reforma era originário de recursos externos.

O povo se revolta durante uma semana inteira contra a lei que, segundo o governo, era destinada a protegê-lo. A população enfrentou a polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros. Ocorreram grandes conglomerados no centro da cidade. O governo utilizou-se de meios violentos para impor a medida e realizar o ato da vacinação ao ponto de invadir domicílios para aplicar a vacina. A polícia reagiu com violência usando tiros e a ação da cavalaria. Barricadas e combates transformaram os bairros da Gamboa e da Saúde em praça de guerra. Segundo relatos 30 mortos, mais de cem feridos, quase mil presos – a metade deles deportada para o Acre, e sete estrangeiros banidos do país; segundo outros, centenas e talvez milhares de mortos. (RIO DE JANEIRO, 2006, p. 11).

10 de novembro - Devido à proibição de reuniões públicas estabelecida pelo governo, a polícia investe contra estudantes que pregavam resistência à vacinação e são recebidos a pedradas, ocorrendo as primeiras prisões.

11 de novembro - As forças policiais e militares recebem ordens para reprimir comício da Liga contra a Vacinação Obrigatória e o confronto com a população se generaliza para outras áreas do centro da cidade, causando o fechamento do comércio.

12 de novembro - Sob o comando dos representantes da Liga, Vicente de Souza, Lauro Sodré e Barbosa Lima, cerca de 4 mil pessoas saem em passeata para o Palácio do Catete.

13 de novembro - Na praça Tiradentes, uma multidão se aglomera e não obedece à ordem de dispersar. Há troca de tiros e a revolta se espalha por todo o centro da cidade. A população incendeia bondes, quebra combustores de iluminação e vitrines de lojas, invadem delegacias e o quartel da rua Frei Caneca. Mais tarde, os tumultos chegam aos bairros da Gamboa, Saúde, Botafogo, Laranjeiras, Catumbi, Rio Comprido e Engenho Novo.

14 de novembro – Os conflitos continuam por toda a cidade. O exército está dividido. Cerca de 300 cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha tentam depor o presidente. Recebem o apoio de um esquadrão da Cavalaria e uma companhia de Infantaria. Na Rua da Passagem, em Botafogo, encontram-se com as tropas governamentais. Segue-se um intenso tiroteio. A debandada é geral. O governo tem 32 baixas, nenhuma fatal. Os rebeldes, três mortos e sete feridos.

15 de novembro - Os tumultos persistem, sendo os maiores focos no Sacramento e na Saúde. Continuam os ataques às delegacias, ao gasômetro, às lojas de armas. No Jardim Botânico, operários de três fábricas investem contra os seus locais de



trabalho e contra uma delegacia. Estivadores e fogueiros reivindicam junto às suas empresas a suspensão dos serviços. Há conflitos ainda nos bairros do Méier, Engenho de Dentro, Encantado, São Diego, Vila Isabel, Andaraí, Aldeia Campista, Matadouro, Catumbi e Laranjeiras.

Horácio José da Silva, conhecido como o Prata Preta, lidera as barricadas na Saúde. Os jornalistas acompanham os episódios e visitam alguns locais de conflito. Descrevem a “multidão sinistra, de homens descalços, em mangas de camisa, de armas ao ombro uns, de garruchas e navalhas à mostra”. A Marinha ataca os rebeldes e as famílias fogem com medo.

16 de novembro - O governo decreta o estado de sítio. Os conflitos persistem em vários bairros. As tropas do Exército e da Marinha invadem a Saúde, aprisionando o Prata Preta.

O governo acaba por recuar e revoga a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. A polícia aproveita os tumultos e realiza uma varredura de pessoas excluídas que perambulam pelas ruas da capital da República. São todas enviadas à Ilha das Cobras, espancadas, amontoadas em navios-prisão e deportadas para o Acre, a fim de trabalharem nos seringais. Muitas não chegam ao seu destino e morrem durante a viagem. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, s/a)

Aproveitando do contexto dos conflitos, alguns militares planejaram um golpe militar contra o governo de Alves. Estes obtiveram ajuda financeiramente pelos apoiadores da antiga monarquia brasileira - objetivando, posteriormente, aplicar um novo golpe, desta vez nos militares, retornando o país a monarquia. Os jacobinos (militares apoiadores dos antigos presidentes Fonseca e Peixoto) convenceram os estudantes do Círculo Militar da Praia Vermelha a contribuir com o golpe, que seria realizado no dia 15 de novembro de 1904 durante um desfile.

Entretanto, não contavam que a revolta da população duraria tanto tempo, assim sendo decidiram marchar até o Catete em meio ao povo. Porém o presidente já sabendo dos planos se preparou, decretando, na cidade do Rio de Janeiro, estado de sítio por 30 dias. Devido ao decreto de estado de sítio é impossível calcular o número de mortos.

Nunca se contaram os mortos da Revolta da Vacina. Nem seria possível, pois muitos, como veremos, foram morrer bem longe do palco dos acontecimentos. Seriam inúmeros, centenas, milhares, mas é impossível avaliar quantos. Os massacres em geral não manifestam rigor pela precisão. (SEVCENKO, 1984).

Alguns intelectuais da época acreditavam que a população estava contra o progresso do país, porém houve falta de explicação para os mesmos sobre o que seria esse novo método de prevenção.

No censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que no Rio de Janeiro/RJ vivem 6.323.037 habitantes, dos quais 1.393.314 estão distribuídos entre as 763 favelas, ou seja 22,03% da população encontra-se nesta situação periférica. Não pode-se afirmar que esse fato é decorrente apenas das reformas propostas no ano de 1902, porém sabe-se que parte dela está conectada a essa circunstância. Diversos fatores são responsáveis pela segregação e reterritorialização durante o período.

Em 1904 a revolta da Vacina ocorreu por conta de sua aplicação arbitrária excluindo o povo de seu conhecimento e de sua importância. O atual, porém, também antigo, movimento antivacina está relacionada à negação de fatos já comprovados e estudados cientificamente há anos embasadas em fontes muitas vezes de senso comum. Porém dessa vez há uma disseminação e fácil aquisição do conhecimento o qual é ignorado por uma parcela da população, colocando em risco diretamente às crianças e indiretamente a sociedade com o retorno de doenças já consideradas erradicadas.

Há quase três décadas já se percebem destaques na mídia sobre eventos adversos ligados à imunização contra a Difteria/tétano/coqueluche, a hepatite B e, principalmente, a vacina tríplice (MMR em países de língua inglesa)¹⁵, que talvez tenham influenciado a “aversão filosófica” dos pais que aderiram ao movimento antivacinação. Talvez o tema mais polêmico e de maior repercussão, embora suficientemente estudado há mais de uma década, envolva a associação entre a vacina tríplice contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR) e o autismo. (SILVA, et. al. 2015).

Ainda durante o século passado, algumas informações fraudulentas foram repassadas a população, afirmando que a aplicação de alguns tipos de vacina poderia causar autismo. Essa (des)informação causou grande alvoroço entre os pais, os quais passaram a ter medo das vacinas. Tempos mais tarde essa teoria foi desmentida, todavia algumas pessoas continuam com medo das vacinações.

Século XXI

Especificamente, no Brasil, a falta de informação tem feito com que cada vez mais pessoas se associem aos movimentos antivacina. Essa falta de conhecimento acarreta o reaparecimento de doenças antes consideradas erradicadas, segundo Nassarala (et al, 2019), algumas dessas doenças são a coqueluche, o sarampo e a varíola.

“Mas, em circunstâncias históricas anteriores, grande parte desta resistência podia ser atribuída à ignorância sobre as vacinas ou a sua eficácia. A existência de tais movimentos em países com populações altamente instruídas na véspera da terceira década do século XXI é mais difícil de compreender.” (CAMARGO JR, 2020, p. 2)

A vacinação é um ato obrigatório, marcado em lei, mas poucos são os indivíduos que conhecem essa obrigatoriedade. Todavia, são as crenças pessoais que fazem com que os pais não vacinem seus filhos, colocando-os em risco por escolha própria, e colocando também a sociedade em risco, pois, doenças erradicadas retornam, podendo contaminar a todos.

Neste momento, a quantidade de informação é gigantesca, contudo, com a facilidade da internet informações falsas são misturadas as verdadeiras, muitas das quais causam pânico na população. É preciso, assim como foi preciso e não ocorreu no passado que, os profissionais da saúde informem a população, o grande problema é que, por vezes os próprios profissionais não sabem repassar essas informações.

Durante o ano de 2020, com o surgimento do recente vírus COVID-19, que resultou em uma pandemia mundial, o movimento antivacina retoma força, atualmente com viés ideológico e xenofóbico, influenciado principalmente por figuras políticas que vão contra autoridades da OMS (Organização Mundial da Saúde) e Ministério da Saúde.

O vírus eclodiu no território Chinês, porém de forma rápida espalhou-se pelo mundo. Devido a globalização transitar entre os países (pessoas e objetos) tornou-se muito fácil corroborando na disseminação de diversas doenças. Muitos países não estavam preparados, então suas ações tornaram-se ineficazes.

(...) (COVID-19), causou grave epidemia na província de Hubei - Wuhan (China), passando a ser objeto de noticiários no mundo inteiro. Em menos de três meses a COVID-19 tornou-se pandêmica, causando mortes, crise econômica e colapso em sistemas de saúde pelo mundo. Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil confirmou o primeiro caso na capital paulista, epicentro de transmissão da doença, declarada transmissão comunitária em 20 de março. (MENESES, 2020, p. 2)

No momento vigente, o movimento não tem modificado o território brasileiro de forma significativa, as mudanças estão ocorrendo no campo Geopolítico. Devido as falas de figuras públicas serem tendenciosas e falaciosas, causam tensões internacionais que influenciam na exportação e economia interna, dentre outras esferas.

Segundo pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha no mês de outubro (2020), mais de 70% da população de 4 grandes capitais do país se declara favorável a obrigatoriedade da vacinação contra a COVID-19 – sendo elas Rio de Janeiro 77%, Belo Horizonte 76%, Recife 73%, São Paulo 72%. Porém na pesquisa efetivada em novembro (2020) nota-se uma diminuição nessa mesma opinião a respeito do tema – São Paulo 58%, Rio de Janeiro 62%, Recife 61% e Belo Horizonte 62% (COELHO, 2020; MAZZO, 2020).

Atualmente (2020) há 48 vacinas candidatas em avaliação clínica e mais 164 vacinas candidatas em avaliação pré-clínicas. Uma delas é de estudo Chinês e parte do da negação provinda desse movimento é exatamente devido a sua origem, e demonstram discursos extremamente xenofóbicos.

Um dos motivos para a redução dos resultados positivos das pesquisas citadas anteriormente são as *fakenews*, as quais em sua maioria são provenientes de discursos preconceituosos, principalmente contra a China, ao dizer que o país teria inventado em laboratório o vírus para aumentar sua economia vendendo a “vachina” – termo viralizado na internet que se refere a vacina proveniente da China – dentre outras notícias falsas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado, pode-se perceber que o Estado utilizou-se de força despótica para elaboração da higienização (aos moldes franceses) e vacinação da população carioca. Isso

desencadeou uma série de revoltas, mortes (sem um número certo) e exílios. Houve também uma migração forçada (in)diretamente da população que vivia em regiões que sofreram a reforma à regiões periféricas aumentando assim, com o tempo, o processo de favelização (que já existia anteriormente). O desenvolvimento econômico, assim dito pelo então presidente, foi adquirido através da vida do pobre, demonstrando novamente que o poder está totalmente associado ao processo de formação territorial.

Nota-se que mesmo com o passar do tempo a vacina tem sido uma grande incógnita para parte da população - a mais desinformada - fazendo com que haja uma adesão à esses movimentos antivacinas o que pode ocasionar riscos à saúde pública.

Com a pandemia da COVID-19, falas tendenciosas e falaciosas de figuras públicas, disseminação de *fakenews* e guerras ideológicas, o movimento tem ganhado força em 2020. O processo atual não está diretamente relacionado com a formação de território nacional, mas sim com a globalização e tensões geopolíticas. Porém nota-se que mesmo passado 116 anos desde a primeira revolta, atualmente essa refusão ainda gera protestos negacionistas a respeito da vacinação obrigatória.

REFERÊNCIAS

ANDREATTA, Verena. Atlas Andreatta: **Atlas dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro de Beaurepaire-Rohan ao plano estratégico**: cartog. Rio de Janeiro: Vivercidades, 2008.

ASANUMA, Eduardo Seide. PEREIRA, Josirene Mariana. CAVATORTA, Mateus Galvão. Segregação territorial, social e urbana em Londrina (PR): Um estudo de caso com a população em situação de rua da região central. *In*: I SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL E XXXIV SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Anais**. 2018, Londrina. p. 895-908.

BRASIL, Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. **Torna obrigatórias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a variola**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/11/1904, Página 5158.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestilizados - o Rio de Janeiro e a república que não foi**. Companhia das Letras: São Paulo, 3ª edição, 1991.

COELHO, Luciana. Maioria quer que vacina para Covid seja obrigatória, mostra Datafolha.

Folha de São Paulo. São Paulo, 10 out. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/10/maioria-quer-que-vacina-para-covid-seja-obrigatoria-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. A revolta da vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos.

Biblos, Rio Grande, 2008.

JUNIOR, Kenneth Rochel de Camargo . Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 36, n. 14, e00037620, Fev. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1151/la-vamos-nos-outra-vez-a-reemergencia-do-ativismo-antivacina-na-internet>. acessos em 15 Nov. 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00037620>.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *De l'État 4. Les contradictions de l'État moderne*. Paris, UGE, 1978.

MAZZO, Aline. Adesão à vacinação contra COVID-19 cai, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 7 Nov. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/11/adesao-a-vacinacao-contra-covid-19-cai-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 13 Nov. 2020

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Revista da Vacina**. Disponível em:

<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta2.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.

NASSARALA, Anna Paula Amaral; DOUMIT, Arthur Marinho; MELO, Caio Freitas; LÉON, Lucas Caldas; VIDAL, Rafael Augusto Reis; MOURA, Léa Resende. **Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira**. Revista Educação em Saúde: v7, suplemento 1, 2019, pp 120-125.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Paris, 1980.

REVISTA DA SEMANA. **Série de grandes obras - A avenida - O projeto do Governo**. Rio de Janeiro, RJ: a Revista, 1903. 1 mapa, 71,5 x 47,3 cm. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart535290/cart535290.jpg.

Acesso em: 28 nov. 2019. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart535290/cart535290.html.

Acesso em: 28 nov. 2019.

RIBEIRO, Tarcyia Fidalgo. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**. vol. 10, nº 3. ISSN 2317-7721 pp. 1334-1356.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social. 1904 - **Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio** / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– A Secretária, 2006. 120 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Memória)

SCHÄFER, Marcos guilherme; BULEGON, Jovana Simonetti; NEGRETE, Bruna Barcellos; PARISI, Mariana Migliorini. **Movimento antivacina: sua origem e os impactos negativos na sociedade atual**. 6º Congresso Internacional em Saúde.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina - mentes insanas em corpos rebeldes**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

SILVA, Manoel Mariano Neto da; LIMA, Daniela Freitas de; JUNIOR, Almir Mariano de Sousa; CARVALHO, Carla Caroline Alves. Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. **Revista Monografias Ambientais - REMOA** v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.256-263.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto; CASTIEL, Luis David and GRIEP, Rosane Härter. **A sociedade de risco midiaticizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2015, vol.20, n.2, pp.607-616.

World Health Organization (WHO). Draft landscape of COVID-19 candidate vaccines. 21 July 2020. Geneva: WHO. [cited 2020 Jan 30]. Available from: <https://www.who.int/publications/m/item/draft-landscape-of-covid-19-candidate-vaccines> [Links]